SOBRE AVÓS E MATERNIDADES "FORA DO TEMPO": trajetórias e experiências nas intersecções entre gênero, classe e geração.

Socorro Letícia Fernandes Peixoto[1]

Antônio Cristian Saraiva Paiva[2]

Daniele Ribeiro Alves[3]

RESUMO:

O estudo tem como objetivo refletir sobre os lugares ocupados pelas mulheres mais velhas, sobretudo em famílias pobres, dada a condição de avós e as vivências de maternidades desenvolvidas por elas. Utiliza-se os resultados da tese de doutorado de Peixoto (2017) para suscitar discussões sobre avós nas famílias pobres em Fortaleza-CE. A discussão conceitual tem como referência as interseccionalidades de gênero, geração e pobreza, dada as práticas sociais femininas serem desenvolvidas mediante esquemas, ora de permanência aos contornos tradicionais e culturais de gênero, em que as atividades vinculadas ao universo doméstico e à maternidade acentuam as desigualdades sociais, ora de rupturas às ordens hierárquicas de aprovação de uma maternidade abnegada. Considera-se que estas mulheres avós carregam as marcas da "falta", sobretudo, de bens e serviços materiais e de políticas públicas universais. No entanto, são protagonistas de suas vidas, ao romperem com algumas moralidades, reposicionando-se no contexto familiar e social.
Palavras-Chave: Gênero. Geração. Pobreza

ABSTRACT

The study aims to reflect on the places occupied by older women, especially in poor families, given the condition of grandparents and the experiences of motherhood developed by them. The results of the doctoral thesis by Peixoto (2017) are used to raise discussions about female grandparents in poor families in Fortaleza-CE. The conceptual discussion has as reference the intersectionalities of gender; generation and poverty, given that female social practices are developed through schemes, sometimes of permanence to the traditional and cultural contours of gender, in which activities linked to the domestic universe and motherhood accentuate social inequalities, sometimes of ruptures to the hierarchical orders of approval of a selfless motherhood. It is considered that these women grandmothers bear the marks of "lack", above all, of material goods and services and universal public policies. However, they are protagonists of their lives, breaking with some morals, repositioning themselves in the family and social context.
Keywords: Gender. Generation. Poverty

[1] Universidade Federal do Ceará. Doutora em Sociologia, UFC. E-mail: leticiafpeixoto@hotmail.com
[2] Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutorado em Sociologie et Anthropologie, na Université de Strasbourg, France. E-mail: cristianspaiva@ufc.br
[3] Universidade Federal do Ceará. Doutora em Sociologia, UFC. E-mail: danir.alves@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo promover reflexões sobre os lugares que as mulheres avós têm ocupado na cena social contemporânea, uma vez que os estudos analíticos sobre geração, articulados com outros marcadores sociais da diferenças e das desigualdades, como gênero, classe social, família e raça/etnia têm sido relevantes no campo das ciências sociais. Os cuidados materiais, simbólicos e afetivos dos netos pelas mulheres avós têm sido um fenômeno recorrente nas famílias das camadas populares. Metodologicamente, utiliza-se a pesquisa de Peixoto e Paiva (2017)[1] para suscitar discussões sobre mulheres avós nas famílias das camadas populares em Fortaleza- CE. Estariam, pois, essas mulheres, experienciando uma "maternidade fora do tempo?"

É sabido que nas camadas populares os princípios de individualização típicos da ideologia individualista moderna (DUMONT, 1993; DUARTE, 2017) mesclam-se aos códigos relacionais e hierárquicos presentes nesses segmentos sociais. As redes femininas de solidariedades intergeracionais são importantes suportes para dar conta de tarefas vinculadas ao exercício da maternidade, algo ora exigido pelos dispositivos estatais[2], ora para ganhar "respeitabilidade" frente aos códigos morais construídos nesses territórios. Ser mãe, portanto, adquire um status de respeitabilidade nessas comunidades.

O presente estudo, portanto, busca problematizar os lugares sócio-simbólicos ocupados pelas mulheres mais velhas[3], sobretudo em suas famílias, dada a condição de avós e as vivências de maternidades desenvolvidas por elas, tendo como referência as interseccionalidades de gênero; geração e pobreza[4]. Recorre-se aos estudos de gênero vinculados às epistemologias feministas contemporâneas, dada as filiações conceituais dos autores acerca da compreensão das relações de gênero por meio do diálogo com o feminismo.

2. MATERNIDADES OCIDENTAIS MODERNAS: A ENUNCIAÇÃO DE UM "MODELO" QUE ATRAVESSA GERAÇÕES FEMININAS

O debate em torno da maternidade, nesta seção, será balizado pelas referências teóricas dos estudos históricos, sociológicos e feministas, portanto não compreenderá a maternidade como uma condição exclusiva natural do corpo biológico feminino. A maternidade é aqui entendida como uma experiência presente nas trajetórias de vida de algumas mulheres, sendo esta construída socialmente,

portanto submetida ou não aos códigos heteronormativos que, ideologicamente, buscam conformar os corpos femininos a um destino – o de ser mãe. Reforça-se que outras formas e domínios culturais do ser mãe e avó em contextos outros são tão legítimos quanto os dispostos neste artigo.

É sabido que a “devoção materna” foi algo construído ao longo da história. Na Europa Ocidental, o controle da sexualidade feminina, vinculado ao casamento heterossexual e para fins de procriação data do último terço do século XVIII, período de consolidação da ordem econômica burguesa e dos Estados modernos. Segundo Badinter (1985), a imagem social da mulher-mãe, seu papel e sua importância modificaram-se, operando uma espécie de revolução nas mentalidades, embora os comportamentos tardem um pouco a se alterar. O foco ideológico, portanto, ilumina cada vez mais a mãe e a associação de “amor” e “materno” significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe.

As mulheres, sobretudo das classes mais abastadas, foram evocadas a desempenhar o papel de “boa mãe”, através do desenvolvimento de cuidados e da atenção para com os seus filhos. Um dos discursos operados pelo pensamento social da época era de que o cuidado para com as crianças, realizado pelas serviçais, poderia ocasionar doenças e mortalidade infantil que, por sinal, era alta nos séculos XVII e XVIII. Os ideais de maternidade atribuídos às mulheres caminharam juntos com a valorização da família nuclear moderna, típica dos ideais da burguesia da época, composta por pai, mãe e filhos coabitando no mesmo domicílio.

Nesse momento, foi delegada a responsabilidade à família os problemas da esfera da produção e da reprodução social (MIOTO,2010). Essa nova composição familiar foi objeto de intervenções médicas e estatais acionadas sob os dispositivos da sexualidade que outorgavam à mãe e à maternidade um lugar de destaque (DONZELOT, 1980).

No Brasil, o modelo de família nuclear moderna, importado do seio da burguesia europeia no século XIX, coexistiu com os códigos atualizados da família patriarcal do período colonial (FREYRE, 2003). No entanto, essa matriz ideológica não correu sem resistências frente à realidade dos rituais e discursos amorosos da população feminina na época colonial. As mães solteiras, geralmente pobres e chefes de família, eram muitas vezes consideradas mulheres seduzidas e

desonradas, sujeitas a abandono, dada a prole irregular e a ausência de companheiro. Essas mulheres se dividiam entre os cuidados com seus filhos e a luta pela sobrevivência de sua família. (DEL PRIORE, 2009).

Nas tramas da contemporaneidade, em doses um pouco menores, esses discursos ainda ecoam como legítimos no imaginário de algumas mulheres, mesmo que a realidade das famílias brasileiras se apresente sob outras configurações. No Brasil, a família é vista como um valor que garante um *status*, um nome, sobretudo em comunidade menores, onde os vínculos de pertencimento ainda são fortalecidos.

As mulheres avós pertencentes às famílias brasileiras pobres têm aparecido como personagens importantes na trama das redes integeracionais femininas. Essas mulheres são suportes tanto para suprir as carências financeiras dos filhos, para desenvolver cuidados materiais e afetivos com os netos, sendo inclusive responsabilizadas pelo Estado para dar conta dessas funções. Na ausência da responsabilidade dos adultos, sobretudo, pais e mães das crianças, as avós são geralmente acionadas para realizar tais funções.

3. MATERNIDADES CONTEMPORÂNEAS: LUGARES SÓCIO SIMBÓLICOS DAS AVÓS

A partir da década de 1960, com a ebulição de novos costumes e práticas, engendrados pelos denominados novos movimentos sociais, percebe-se novas formas de compreensão e de constituição da vida privada. O surgimento da pílula anticoncepcional e o incremento de novas tecnologias reprodutivas permitiram mobilidades em torno da sexualidade feminina, uma vez que a maternidade paulatinamente passou a ser uma escolha e não mais um destino na vida das mulheres. Ao tornar-se uma escolha, o ser mãe traz consigo doses de reflexividade acerca da identidade feminina. Inúmeras vivências das sexualidades e das conjugalidades evocaram novas configurações familiares. Somado a isso, as mulheres começaram a inserir-se no mercado de trabalho e ocupar a cena pública. Essas conquistas, porém, estão diretamente relacionadas com as lutas dos movimentos feministas e de mulheres nas décadas de 1960 e 1970.

Ainda em 1949, Simone de Beauvoir, ao lançar o livro “O segundo sexo”, faz a célebre afirmativa “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa declaração é um marco teórico nos estudos feministas e de gênero, à medida que a autora questionou a existência do chamado “eterno feminino”, num contexto adverso do

pós-guerra, onde as formas conservadoras defendiam a família nuclear, a moral e os bons costumes. Nessa ótica, os estudos feministas articulados aos estudos de gênero[5], contribuíram significativamente para a compreensão das relações entre as posições sociais ocupadas por homens e mulheres nos espaços sociais e dos esquemas de poder que essas relações comportam.

Britto da Motta (1999) ao tratar do conceito de gênero reforça que a existência de homens e mulheres é marcada por mecanismos de diferenciação, como as diferenças de idade, de classe, de cor etc. Em relação ao processo geracional de envelhecimento, a autora enfatiza a necessidade da articulação entre tais categorias analíticas e relacionais. Dentre os usos da categoria geração, o sentido mais plenamente sociológico do termo designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham formas e experiências de vida.

Em contextos contemporâneos, as mulheres se reinventam frente aos papeis historicamente instituídos de mães, esposas e donas-de-casa. A população feminina passa a adentrar cada vez mais o mercado de trabalho e a cena pública. As múltiplas formas de conjugalidade, através dos recasamentos, da visibilidade das uniões homoafetivas e do aumento das chefias femininas, constituem novos arranjos familiares. O aumento da longevidade promove substituições das imagens estereotipadas da velhice, vinculadas a processos de viuvez, perdas e lutos, pela valorização das experiências e saberes dessa geração, que acumularam ganhos para as mulheres (DEBERT, 1999). Esse processo de “reinvenção da velhice” articula um novo vocabulário para dar conta das novas subjetividades e práticas relacionadas ao envelhecimento: há, assim, quem fale em terceira idade, melhor idade, dentre outras nomenclaturas que indicam os cuidados de si.

No entanto, essas transformações não foram suficientes para dissolver as expressões da questão social enfrentadas na velhice, a exemplo da ausência de direitos, das perdas referentes às aposentadorias e da redução dos benefícios sociais concedidos à pessoa idosa, sobretudo em tempos de crise. Ademais, em virtude da aposentadoria ser a única possiblidade de renda fixa certa, sobretudo nas famílias pobres, e em meio a uma realidade de poucos equipamentos públicos e de dificuldades como falta de local nas proximidades para deixar as crianças durante o dia, empregos incertos e uniões instáveis, as mulheres ao envelhecerem assumem,

muitas vezes, papeis sociais de provedoras desses lares, além de auxiliarem financeiramente as famílias de seus filhos e, serem as cuidadoras dos netos.

Os achados da pesquisa de doutorado que foi realizada (PEIXOTO e PAIVA, 2017) permitem-nos perceber, a partir das falas das entrevistadas, que o “destino” de ser avó e compartilhar os cuidados dos netos, sobretudo filhos de suas filhas, é algo que se evidencia junto às mulheres das camadas populares. Isso indica discursos da continuação das formas de maternagem pelas mulheres mais jovens, configurando-se em uma espécie de solidariedade feminina entre gerações. Não obstante, apontamos que essas solidariedades também vêm carregadas por conflitos e negociações intergeracionais em que as relações afetivas e de obrigação se mesclam.

A narrativa de D. Cássia (nome fictício), uma das entrevistadas da pesquisa, é significativa quando se trata do cuidado com os netos. Sua filha foi embora da casa onde morava com a mãe (D. Cássia) e seus sete filhos, quando o seu filho mais novo tinha 01 ano e o mais velho 13 anos. De lá para cá, as crianças foram cuidadas pela avó materna que deixou de trabalhar como empregada doméstica, para realizar trabalhos eventuais. Além de vender roupas usadas na feira da comunidade, D. Cássia é beneficiária do Programa Bolsa Família.

> Porque a mãe deles (referindo-se aos netos) começou com as amizades que bebiam, fumava. Aí ela entrou no rol, aí largou a casa, quando cheguei o menino tava chorando porque ela tinha ganhado o mundo. Passou oito anos ou seis anos, sei lá. Quando Mateus era pequeno, o Mateus já tem 13 anos. [...]Era ele pequenininho nos meus braços chorando, eu cheguei do trabalho, todo mundo tinha ajudado ele. Nessa época, a barraca era de tábua. Eu com ele nos braços chorando, um pranto que ninguém sabia o que é que fizesse e ela no meio do mundo. Trabalhava e tudo. Eu trabalhava em casa de família, eu parei de trabalhar. (...) Larguei tudo pra ficar com eles, com meus netos.

À época, D. Cássia, que atualmente tem 62 anos, poderia ser classificada conforme Britto da Motta (2012), como uma típica mulher da geração pivô, ou seja, aquela constituída por idosas jovens, a geração intermediária. O pivô, conforme trata a autora, é mais que cinquentona. No que diz respeito ao gênero, são geralmente mulheres que, além do fato de viverem mais que os homens, têm o destino tradicional de suporte familial. “É importante que seja lembrado que muito da solidariedade intergeracional existente se realiza às custas do empenho emocional e do trabalho não remunerado das mulheres” (BRITTO DA MOTTA, 2012, p. 5).

Nesse sentido, indagamo-nos: que singularidades se configuram na experiência das mulheres avós nas camadas populares? Que novas formas de vivência da maternidade têm sido construídas em face da rede de parentesco das famílias pobres? Que negociações são estabelecidas entre as mulheres jovens e as mulheres velhas no cuidado com as crianças? Na próxima seção, abordaremos relatos de trajetórias sociais de mulheres das camadas populares, com foco nas mulheres avós, em vista que as próprias configurações familiares imprimem especificidades, dadas as formas de constituição das redes femininas e de vizinhança.

4. A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES AVÓS EM CONTEXTO DE POBREZA

Nas comunidades pobres, os limites entre o espaço da casa e o da rua são tênues. A vida doméstica é algo compartilhado entre famílias, parentes e vizinhos, uma vez que as casas com poucos compartimentos são muito próximas umas das outras e ocupam formas desordenadas nas ruas cruzadas por becos. Os rituais de solidariedade, sobretudo entre as mulheres, funcionam como uma espécie de compensação em face da escassez das condições materiais e de uma rede de proteção social pública de qualidade.

"*Sou uma pessoa boa, servideira, gosto de ajudar os outros*," dizia uma das mulheres durante uma atividade coletiva realizada na sede da associação do bairro Vicente Pinzon-Fortaleza-CE, em março de 2016. Nas famílias dos pobres, os princípios de reciprocidade estão mais bem visíveis. De acordo com Sarti (2004), a família não funciona como núcleo, mas como rede de relações, seja de parentesco ou vizinhança, que enreda uma trama de obrigações morais entre os membros da família.

Destarte, apesar das transformações sociais, desde a conquista dos direitos civis e políticos das mulheres, o aumento da escolaridade feminina e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a situação feminina ainda é ligada a atividades não remuneradas, como o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas. As mudanças na condição feminina, no interior das famílias, não foram suficientes para deslocar de lugar um número significativo de mulheres que são nomeadas socialmente como as principais responsáveis pela educação dos filhos, sendo esta a prerrogativa da considerada "boa mãe".

D. Rejane que hoje tem 43 anos, foi mãe aos 12 anos de idade. Hoje é chefe de família, vive de reciclagem, reside com um filho de 21 anos, uma nora e seu neto, além de uma filha de 14 anos e de seu filho bebê. Teve 12 gestações e hoje tem 10 filhos, uma vez que dois dos seus filhos faleceram. Teve três relacionamentos conjugais com os pais de seus filhos. De lá para cá, disse ter "lutado sozinha" para criar seus filhos, dada as situações de separação conjugal e abandono dos filhos pelos pais. A maternidade adquire, em sua fala uma centralidade, sendo motivo de orgulho de si.

> Eu luto com os meus filhos sozinha. Os pais deles foram embora e nunca me deram nenhum bombom. (...) Rapaz, ser mãe é bom. Você ter os seus filhos, ter respeito por ele e ele por você é bom demais. Porque graças a Deus, eu tenho os meus. A gente quebra cabeça, mas é porque tem que quebrar mesmo. Rapaz, eu acertei, como falo pra tu que eu criei eles ensinando a eles o modo de viver. Eu sempre disse pra eles: meus filhos, olha, nunca pegue nada de ninguém que isso é feio, nunca... fazer tudo o que é certo.

Sem dúvida, a conexão entre reprodução, cuidado e gênero acentuam as desigualdades de renda entre os sexos. Tal associação incide de forma mais aguçada na vida das mulheres, tornando-as mais vulneráveis à pobreza. No Brasil, nas últimas décadas, o aumento do número de mulheres em situação de pobreza tem se acelerado no que se refere à distribuição de renda e o aumento da desigualdade social.

O antropólogo Michel Agier (1990), a partir de observações etnológicas em no bairro da Liberdade em Salvador, no Brasil, retrata como as subjetivações dos indivíduos relacionam-se às formas de organização das famílias pobres e das diferentes posições ocupadas por mulheres e homens nesses territórios. Na pesquisa, o autor constatou que a formação das disposições femininas nas margens urbanas não as leva a uma integração econômica ou profissionalmente na sociedade, diferentemente dos homens. Assim, quando adultas, as mulheres querem ou precisam de uma renda pessoal, elas geralmente têm apenas a formação profissional de doméstica, o que limita o leque profissional destas.

Desse modo, as relações de gênero ao se estruturarem sob distintas formas de poder entre homens e mulheres, atribuem às mulheres no interior de suas famílias, às atividades de cuidado doméstico e para com os membros do grupo familiar. Destacamos que esses aspectos são historicamente situados na sociedade

ocidental, portanto, não se trata de algo natural e atemporal, mas pertencente a uma ordem cultural e simbólica em disputa.

Importa aqui abrir um parêntese para fazer algumas pontuações necessárias para entender essa articulação entre família e pobreza. Optamos pela categoria pobreza por entender que a discussão se refere à realidade socioeconômica e cultural da maioria mulheres avós das camadas populares na cidade de Fortaleza, retrato do que se passa no Brasil. A profunda concentração de renda no País é responsável pelo processo de exclusão e geradora de pobreza, num processo desigual de distribuição de renda socialmente produzida. (YASBEK, 2010; SILVA & SILVA, 2010).

As concepções de pobreza[6] sofreram inúmeras transformações nos últimos anos, deixando de ser apenas analisada como carência de renda. Conforme Sen (2000), a pobreza estaria relacionada à privação das capacidades básicas. Assim, as relações entre renda e capacidade podem mudar, conforme a situação na qual se encontra o sujeito, levando em consideração a idade, o contexto local e os papéis sexuais.

Nesse sentido, a pobreza é uma categoria multidimensional, não é apenas carência de bens materiais ou “insuficiência de renda”, mas ausência de direitos, informações, não participação social e política (TELLES, 1993). Existe, contudo, uma interrelação entre essas diversas carências e variáveis para o bem-estar do indivíduo (BURLANDY, 2010). A pobreza deve ser entendida a partir da relação dialética entre econômico e social, entre indivíduo e estrutura, levando em consideração a heterogeneidade do contexto social e histórico e as dimensões subjetivas dos sujeitos.

Para Yazbek (2010), a pobreza, no Brasil, é o reflexo das relações desiguais vigentes na sociedade, sobretudo, pela concentração de renda e pelos planos políticos, econômicos e culturais que “engessam” os pobres em seu lugar social. É um universo marcado pela “revolta silenciosa, pela humilhação e alienação e, sobretudo, pela resiliência aliada às estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo” (YAZBEK, 2010, p.153).

Não podemos deixar de mencionar que a prevalência da pobreza se acentua nas décadas de 1980 e 1990, tendo como cenário de fundo a égide do capital financeiro, a reestruturação produtiva e a “Reforma do Estado” com políticas

concentracionistas do capital, o que agrava a questão social. (IAMAMOTO, 2003) O sistema capitalista é estruturalmente excludente, pois garante a mais valia através da exploração da classe trabalhadora, das quais as relações de sexo, étnico-raciais, estão engendrados nessa trama.

Compartilhamos com Dubar (1998), o conceito de trajetórias sociais, as quais articulam trajetórias "objetivas", como sequência das posições sociais ocupadas pelos sujeitos durante as suas dinâmicas institucionais coletivas e as trajetórias "subjetivas" expressas nos relatos biográficos dos sujeitos e organizados em formas identitárias heterogêneas.

Em situações de pobreza, o trabalho doméstico feminino tem um peso e ocupa um tempo maior em suas vidas, pois estas não podem contar com soluções individuais que aliviem sua carga de trabalho, a exemplo da compra de bens e serviços pelas mulheres com rendas altas. Soma-se a isso a insuficiência serviços sociais públicos voltados para as necessidades cotidianas de reprodução social.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho tem ocorrido sob condições socialmente desfavoráveis em relação aos homens, uma vez que essa nova realidade não corresponde a uma maior divisão do trabalho doméstico. Desse modo, a tensão entre os campos do trabalho produtivo e reprodutivo tem acompanhado os percursos de vida femininos. Em relação às mulheres pobres, evidenciamos a inserção em trabalhos precários e informais, portanto destituídos de qualquer acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. (ÁVILA, 2007). Ora, sem dúvida, nas assimilações advindas das relações de "raça" /etnia e sexo, "o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração do trabalho associada a essas apropriações "(CISNE, 2014, p.146).

A fala de D. Fernanda, registrada em diário de campo, expressa esse cotidiano pleno de incertezas e as estratégias de sobrevivência que as mulheres pobres usam para enfrentar o cotidiano. Fernanda é uma das líderes comunitárias da comunidade, vive com uma neta, não tem renda fixa, não é aposentada e seu benefício do Bolsa Família foi suspenso. Retrata, pois, seus *déficits* de trajetórias, quanto aos precários níveis de sobrevivência. Chamamos a atenção, porém, para a capacidade de agência de Fernanda e das outras mulheres entrevistadas, todas avós e chefes de família, diante das adversidades financeiras. Assim, embora o

contexto carregue as marcas da “falta”, sobretudo de bens materiais e de políticas públicas universais, percebemos graus de protagonismo dessas mulheres no tocante a escolha dos parceiros e às formas de “ganhar a vida”.

> Não, de dia eu ia para as casas de família. Eu lavava, engomava, eu fazia faxina. Quando eu não tinha, assim, na semana nada. Eu ia para Ceasa. Eu comprava coisa... fruta trazia para vender. Eu já trabalhei dentro de feira. Tudo eu já fiz para mim sobreviver (...) Agora eu trabalhei na política. Aí eu pego esse dinheirinho e compro alguma coisinha, vendo. E, às vezes, eu nem sei como é que eu sobrevivo.

O entrecruzamento entre os aspectos de gênero, geracionais e de classe promovem reflexões quanto aos múltiplos pertencimentos dessas mulheres. As trajetórias das avós pobres comportam *déficits* de trajetórias de capitais econômicos e culturais, advinda da aquisição contingente das competências adquiridas nos espaços de socialização, como família, escola e trabalho. A vulnerabilidade vivida pelas famílias pobres faz com que muitas mulheres mais velhas, ao não terem tido melhores possibilidades educacionais, trabalhem recebendo menores rendas e, ao serem chefes de família, desempenham o papel de provedoras de um grupo familiar no qual há poucas pessoas trabalhando. Além disso, num contexto de pobreza, muitas vezes, as avós figuras tornam-se relevantes no cuidado com os netos, por situações caracterizadas como negligência e abandono da genitora (VITALE, 2008).

5. CONCLUSÃO

Este artigo permitiu abordar de forma breve as trajetórias das mulheres avós situadas em contextos de pobreza na sociedade brasileira contemporânea, através das práticas de cuidados de seus netos, em vista a outras modelagens de maternidades exercidas por suas filhas mais jovens, tais como as vividas por mulheres dependentes químicas, adolescentes de pouca idade, mulheres que conviveram com uma gravidez indesejada, com vínculos conjugais instáveis, mulheres que exercem trabalhos precários cuja disponibilidade de horários são incompatíveis a criação de seus filhos, como as empregadas domésticas que dormem em seu trabalho. Nesse sentido, as avós assumem a guarda dos netos e passam a exercer lugar de importante relevo tanto nas relações afetivas, como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo no sustento financeiro destas.

Desse modo questionamos: que pactuações, veladas ou explícitas, são estabelecidas entre mães e filhas quando se trata de responsabilidade com essas

“crianças em trânsito”[7]? Poderes são negociados e circulam nessas relações. Formas de reconhecimento pautadas na moralidade dos laços sociais em torno da maternidade nesses territórios conformam os corpos dessas mulheres que não pariram os netos a uma espécie de “avosidade”, autoridades que fecundam nessas relações, muitas vezes, pautadas em hierarquias de saber e da experiência de vida.

Nessa complexa teia de relações, as práticas sociais femininas interseccionadas com os pertencimentos de geração e classe social são desenvolvidas mediante esquemas de ação e interpretação, ora de permanência dos contornos tradicionais e culturais de gênero, em que as atividades vinculadas ao universo doméstico, à maternidade e ao casamento ganham relevo, ora de rupturas as ordens hierárquicas de aprovação de uma maternidade abnegada.

As mulheres idosas, mesmo na condição de avós, são agentes de suas vidas ao se separarem, recasarem, assumirem a chefia e o poder de decisão em suas famílias e adentrarem no mercado de trabalho, mesmo que em condições de precariedade. Ao levarmos em conta as trajetórias individuais articuladas a contextos de socialização coletivos, podemos dizer que as avós assumem uma maternidade “fora de tempo”, plenas de desafios e de conflitos, nos quais o peso da responsabilidade assumida coaduna com os afetos desenvolvidos. Como autoridades da família, sobretudo, pelo exercício de chefia feminina, as avós assumem lugares de reconhecimento junto a suas filhas e a seus netos/as.

No tocante às políticas sociais públicas, ao assumirem uma maternidade fora do tempo as avós passam a ser as protagonistas na interface entre família e Estado, sobretudo sendo corresponsabilizadas pelo enfrentamento da pobreza. Essas mulheres, geralmente, são as que mais frequentam os equipamentos sociais públicos em virtude da reprodução social de si e de suas famílias.

Em virtude das políticas sociais de cunho familista, essas mulheres também “compartilham” com o Estado as funções de proteção social, ao serem tradicionalmente chamadas a gerir os limitados recursos advindos dessas políticas. Os baixos níveis de escolaridade fazem do futuro dessas mulheres algo incerto, dada a ausência de aposentadorias e/ou benefícios destinados à população idosa em situação de pobreza. É fato que essas mulheres sofrem restrições políticas, sociais e de direito a voz, já que as políticas públicas, no Brasil, ainda são pensadas

numa perspectiva hierárquica e paternalista, não incorporando uma perspectiva articulada de gênero, de classe social e geração.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *O sexo da pobreza:* Homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. *Tempo social.* São Paulo, vol.2, n.2, pp.35-60, sem.1990.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. (orgs.) *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições SESC SP, 2013.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado.* O mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Editora, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo.* 8. ed. Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A geração pivô, intermediária na família. *Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil.* Piauí, 2012.

_____. A família multigeracional e seus personagens. In: *Revista Educação e Sociedade.* Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, abril/jun.2010.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 13, p.191-221, 1999. BURLANDY, L. O. *Comunidade solidária e os programas de alimentação e nutrição:* focalização e parcerias. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2003.

BUTTLER, Judith. *Problemas de gênero. F*eminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora, 2010.

CAMPOS, Marta Silva. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO; Regina; CAMPOS, Marta; CARLOTO, Cássia. (orgs.) *Familismo, direito e cidadania:* contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, Mirle. Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar.* 5. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2004.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e curso de vida pós-moderna. In: *Sociologia, problemas e práticas*. Oeiras, n.º 52, pp. 109-132, 2006.

_____. O significado da velhice na sociedade brasileira. In: *Revista Acta Paul Enfermagem*. São Paulo, volume 12, número especial, parte I, p. 147 -158, 2000.

_____**.** *A Reinvenção da Velhice,* São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

DEL PRIORI, Mary. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUARTE, O Valor dos valores: Louis Dumont na antropologia contemporânea. In: Revista Sociologia Antropologia. Rio de Janeiro, vol.07, n.03, p. 735 –772, dez. 2017.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In: *Revista Educação e Sociedade,* Campinas, n. 62, vol.19, n.62, pp.13-30, jan. 2018.
DUMONT, Louis. *O individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. In: *Cadernos Pagu,* Campinas, v. 26, p. 11-43, jan./ jun. 2006. (Dossiê Repensando a infância).
FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos.* Rio de Janeiro: Global, 2003.
GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade***.** Tradução de Plínio Dentzen. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2003.
KOFES, Suely. *Mulher, mulheres:* identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
LINS DE BARROS, Myrian Moraes**.** *Autoridade e afeto:* avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
MACHADO, Maria das Dores Campos; LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. In: *Revista Estudos Feministas***,** Florianópolis, n. 17, (2), p. 369-393, maio/agosto.2009.
MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona*: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais (1890-1948). Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Revista *Serviço Social e Sociedade*, Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, Jan./Jun. 2010
PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. *Reservados e Invisíveis.* O *ethos* íntimo das parcerias homoeróticas. Fortaleza: Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Campinas: Pontes Editora, 2007.
PEIXOTO, Socorro Letícia. *Maternidades Compartilhadas:* Trocas intergeracionais femininas em famílias pobres na periferia de Fortaleza/CE. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. (Artigo digitado)
PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez. 2008.
SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Falir. *Família:* redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: *Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação,* v. 5, n. 8, p. 47-60, fev.2001.
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.
SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
SILVA & SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. In: *Revista Katálysis,* Florianópolis, Rev. Katál. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163 jul./dez. 2010.
SILVA & SILVA, Maria Ozanira da. O debate sobre a pobreza: questões téorico-conceituais. *Revista Políticas Públicas.* São Luís, v.6, n.2, 2002.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania. Dilemas do Brasil contemporâneo. In: *Caderno CRH,* n.19, Salvador, 1993.
YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e pobreza. In: *Rev. Katálysis*, Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010.
VITALE, Maria Amália Falir. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Falir. *Família***:** redes, laços e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

---

[1] O trabalho de campo desta tese iniciou-se na comunidade Morro da Vitória que se constitui como área periférica, localizada nas dunas de Fortaleza-CE, no bairro Vicente Pinzon, mais precisamente, nas proximidades do novo farol do Mucuripe. Inicialmente, foram efetivados contatos com as mulheres líderes comunitárias, em que constituímos uma rede de interação feminina e realizamos observação participante das atividades coletivas desenvolvidas na comunidade pelas mulheres. Posteriormente, realizamos as entrevistas em profundidade, haja vista o tema em relevo. As idas e vindas a campo têm sido recorrentes nessa pesquisa. As entrevistas aconteceram nas casas das mulheres avós.

[2] As precárias políticas sociais públicas destinadas à socialização dos cuidados domésticos e familiares, a exemplo das creches, fazem com que as mulheres busquem soluções privadas e criativas frente à responsabilização familiar destinada a elas. Conforme Campos (2015) a associação entre política social e família é tema de grande relevância atualmente, sobretudo ao requerer a participação ativa familiar dentro do sistema de proteção social.

[3] Os conceitos de velhos, idosos, velhice, terceira idade são tomados neste artigo, a partir de estudos consolidados na sociedade contemporânea que se volta para o termo envelhecimento, a partir da categoria de geração. Conforme os estudos de Alda Britto da Motta (1999; 2010;2012), Myriam L. Barros (1987), Guita Debert (1999, 2000,2006).

[4] Embora reconheçamos a relevância da raça como um marcador que determina lugares de homens e mulheres socialmente e revela desigualdades, nesse artigo, não se explora especificamente essa categoria.

[5] A partir da década de 1980, no Brasil, a emergência dos estudos de gênero está relacionada ao pensamento feminista de origem anglo-saxônica e atravessa, especialmente, o campo interdisciplinar das Ciências Sociais, assim como se articula com o cenário de lutas da segunda onda do movimento feminista que ressurge, a partir dos anos 1960.

[6] Existem diferentes abordagens teóricas sobre pobreza que orientam a construção de políticas públicas. Dentre elas, destacamos: as abordagens culturalistas, com uma perspectiva moralizante, entendendo os indivíduos como diferentes reprodutores da pobreza e com uma cultura inferior, compreendendo a pobreza como patologia; o paradigma com inspiração liberal: visão em que destaca o mercado como responsável por suprir as necessidades sociais e econômicas dos indivíduos, portanto, as políticas públicas, nesse viés, seguem um caráter compensatório; e as abordagens estruturais: salientam as determinações estruturais de uma dada sociedade. (SILVA & SILVA, 2010).

[7] Entendemos que esse termo se coaduna com o termo usado por Claudia Fonseca (2006) "circularidade das crianças" para designar a transferência de uma criança entre uma família e outra, seja sob a forma de guarda temporária ou de adoção propriamente dita.